

## A gênese dos Conselhos de Empresa (Betriebsräte) na Revolução Alemã de 1918/1919.

Alice Helga Werner<sup>1</sup>

Ao apresentar a gênese dos Conselhos de Empresa como forma de institucionalização dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados (*Arbeiter und Soldatenräte* – a partir de agora denominados CTSs) – os atores sociais – que desencadeiam a Revolução Alemã em novembro de 1918 proponho-me a ilustrar como a história é feita por nós, seres humanos. Com a intencionalidade de sujeitos – individuais ou coletivos – porém, em contradição e conflito com outros sujeitos sociais, imersos na luta de classes.

Sem que o resultado corresponda necessariamente – deterministicamente – à intencionalidade de algum dos sujeitos (agentes) ou mesmo de qualquer um deles. Nesse sentido a história é aberta, tanto no momento da ação, quando em prospectiva podemos nos valer da análise de tendências – que sempre comportam contratendências – como na retrospectiva, em que sempre nos voltamos para a história já acontecida, para relações sociais transformadas, que nos afetam independentemente de nossa aceitação ou não delas. Quando e enquanto o resultado é satisfatório para a maioria estamos diante do que Lipietz, denomina “*une trouvaille*”, ou seja, “um achado” histórico (1988), ao referir-se ao período de cerca de 30 anos, após a Segunda Guerra Mundial, que ficou conhecido como “período fordista”.

É nesse sentido que a institucionalização dos CTSs, como Conselhos de Empresa (partir de agora denominados CEs), me parece sumamente ilustrativa, pois os CEs não só atravessaram todo o período da República de Weimar – 1919-1933 – como ressurgiram no Pós-segunda Guerra Mundial, na Alemanha Ocidental, enquanto representação de todos os trabalhadores a nível do local de trabalho e da empresa como um todo, enquanto os sindicatos, ainda mais centralizados do que no período entre 1890 e 1918, ou mesmo durante a República de Weimar, representam seus filiados, principalmente nas negociações coletivas. Esta institucionalização, no entanto, não estava na intenção daqueles que se organizaram em CTSs nem na dos demais atores sociais, no momento em que a revolução de 1918/1919 foi desencadeada.

Retornemos, então, ao momento em que os CTSs entraram em cena, o que se deu em decorrência dos marinheiros de dois navios de guerra, atracados em Kiel, negarem-se a acatar a ordem de partir para um ataque contra a Inglaterra em 29/30 de outubro de 1918 – quando a derrota da Alemanha na 1ª Guerra Mundial já era amplamente conhecida pela população e quando as negociações visando o cessar-fogo

---

<sup>1</sup> **Nota biográfica do CVM:** Alice Helga Werner nasceu em Porto Alegre, RS em 19/11/1946 e faleceu em 26/03/2009 no Rio de Janeiro, onde lecionava no Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense do RJ como Professora Adjunto. Graduou-se em Ciências Econômicas (Wirtschaftswissenschaften) – na Freie Universität Berlin (FUB) em 1979, onde fez mestrado em Ciências Econômicas (Wirtschaftswissenschaften) - Freie Universität Berlin (FUB), sendo doutorada em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Alice militou na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (CVM).

já estavam em andamento – recusando-se a servir, desnecessariamente, de carne de canhão.

Foram presos cerca de 600 marinheiros, o que desencadeou um motim de seus companheiros, convencidos de que os presos seriam condenados à morte por um Tribunal de Guerra e de que o recém-empossado governo, encabeçado pelo príncipe Max de Baden e do qual participavam, pela primeira vez, os socialdemocratas majoritários<sup>2</sup>, desconhecia a ação pretendida pelo Alto Almirantado.

Assim, em 4 de novembro de 1918 os marinheiros tomaram a cidade de Kiel e elegeram Conselhos de Soldados (a partir de agora denominados CSs), seguidos pelos trabalhadores dos estaleiros que entraram em greve, elegendo também eles Conselhos – de trabalhadores (partir de agora denominados CTs). Já em 7 de novembro a esmagadora maioria da frota de guerra alemã estava sob o poder de CSs.

Arthur Rosenberg<sup>3</sup> destaca entre as reivindicações dos marinheiros, a de que não houvesse punição e que não constasse nenhuma observação prejudicial nas fichas dos amotinados, concluindo que “os revolucionários não” queriam, “portanto, que a revolução constasse em suas fichas” e acrescentando:

*Visualizemos a situação: 100.000 marinheiros amotinaram-se. Estão de posse dos canhões. A vida dos oficiais está à sua mercê. O império alemão rui diante do seu levante e estes mesmos revolucionários estão preocupados em que daí em diante não sejam mais obrigados a dizer «com a permissão do senhor tenente» e, sim, apenas, «senhor».* (1961a; 235)

Dessa forma Rosenberg ilustra a ingenuidade dos marinheiros e a espontaneidade da sua ação, a espontaneidade da revolução. Tendo os marinheiros de Kiel como ponto de partida os conselhos disseminaram-se entre os soldados, e com eles os CTs, do norte da Alemanha para o sul na Baviera e dali para leste e oeste, para alcançar Berlim, onde em 9 de novembro seria proclamada a República. (1961a; 331s.)

Retenhamos que os conselhos, fossem CSs ou CTs não foram o resultado da atuação, da intencionalidade, seja dos *revolutionäre Obleute*<sup>4</sup>, do USPD, da Liga Spartakus ou de qualquer outro grupo de esquerda que se opunha ao MSPD ou aos

---

<sup>2</sup> Social Democracia majoritária (MSPD) passou a ser a denominação da maioria do Partido Social Democrata (SPD) após a expulsão dos opositores à política de apoio ao esforço de guerra em abril de 1917, estes se organizaram no Partido Social Democrata Independente (USPD) do qual participava a Liga Spartakus, enquanto tendência, até a fundação em janeiro de 1919 do Partido Comunista (KPD).

<sup>3</sup> Arthur ROSENBERG, contemporâneo e participante da Revolução alemã de 1918/19, era historiador e *não deve ser confundido* com o ideólogo nazista Alfred ROSENBERG.

<sup>4</sup> Os *revolutionäre Obleute*, também conhecidos como *berliner Obleute* – a partir de agora referidos como *Obleute* – eram um grupo de delegados sindicais dos sindicatos livres, de oposição, organizados principalmente entre os metalúrgicos berlinenses, contrários ao apoio ao esforço de guerra, mantido tanto pela cúpula do SPD quanto pela cúpula dos sindicatos livres – socialdemocratas. Nesse sentido, os *Obleute* opunham-se à adesão do SPD e da Comissão Geral dos Sindicatos Livres à “Paz Civil” (*Burgfrieden*) já no início da 1ª Guerra Mundial. Essa adesão incluía o compromisso de “abster-se” de greves, Assim as diversas greves organizadas pelos *Obleute*, principalmente a partir de 1917, contra as longas jornadas, os baixos salários, o draconiano racionamento de alimentos básicos, foram greves selvagens. Em termos partidários os *Obleute*, em sua maioria, alinhavam-se ao USPD.

sindicatos livres. E, muito menos, é claro, resultado da atuação destes últimos. No entanto, a maioria dos CTSs compunha-se de socialdemocratas majoritários, de seus simpatizantes, de delegados sindicais dos sindicatos livres ou de dirigentes locais destes sindicatos. (Kolb, 1978; 71s.)

Nesse sentido também, Rosenberg enfatiza que ainda que em toda a Alemanha os trabalhadores tenham aderido ao movimento dos soldados, elegendo CTs, que a força decisiva da Revolução encontrava-se realmente com os soldados, na medida em que os trabalhadores jamais poderiam ter efetivado a revolução se houvessem se defrontado com resistência por parte dos militares. E, que a ampla maioria dos soldados – composta de trabalhadores, camponeses e das camadas médias urbanas – queria a república democrática. (1961b; 7)

Essa maioria manifestar-se-ia em Berlim – um dos centros da oposição à guerra e, portanto, ao MSPD – já no dia 10 de novembro de 1918 – um dia após Friedrich Ebert e o MSPD terem se posto à frente da revolução, no Conselho de Comissários do Povo (*Rat der Volksbeauftragten* – a partir de agora denominado CCP), para o qual convidaram tanto o USPD quanto Karl Liebknecht – que não aceitou.

Os *Obleute* postos diante do fato consumado de que o MSPD estava formando um governo revolucionário, tentando assim pôr-se à frente da revolução, convocaram uma assembleia dos CTSs de Berlim para o dia 10 de novembro na qual pretendiam reverter o processo a seu favor.

À assembleia compareceram 3.000 delegados, disso resultando um governo revolucionário composto pelos majoritários: Ebert, Scheidemann e Landsberg e pelos independentes: Haase, Dittmann e Barth.

Na mesma assembleia, os *Obleute* e a Liga Spartakus apresentaram a proposta de um Conselho Executivo dos Trabalhadores e Soldados (*Vollzugsrat der Arbeiter und Soldatenräte*), que por esta proposta deveria ser o detentor do poder revolucionário e que deveria ser composto exclusivamente por representantes dos *Obleute* e da Liga Spartakus. Contra esta proposta manifestaram-se principalmente os delegados dos soldados que impuseram uma composição paritária – entre soldados e trabalhadores – do Conselho Executivo, o que redundou em que o mesmo fosse composto por igual número de majoritários e de independentes. Com isso os *Obleute* estavam representados por 7 membros, a ala moderada do USPD por outros 7 e o MSPD por 14. Como o controle do Conselho Executivo sobre o CCP demonstrou-se apenas formal, o último acabou sendo o detentor real do poder. (Kolb, 1978; 70)

Assim, já em 10 de novembro, o destino da revolução estava traçado enquanto uma revolução *democrático-burguesa*, como enfatiza Rosenberg ao afirmar que a “aristocracia militar prussiana e a monarquia haviam caído. Os adeptos da revolução socialista não haviam conseguido se impor. A república democrática havia vencido na Alemanha.” (1961a; 242)

Portanto, uma vez proclamada a República, constituído o governo revolucionário, assinado o armistício em 11 de novembro e decretadas uma série de medidas democratizantes – dentre as se destacam: a suspensão do estado de sítio; a garantia de liberdade irrestrita de associação e reunião; a proibição de toda e qualquer censura; a anistia a todos os crimes políticos e anulação de todos os processos contra crimes políticos em andamento; a revogação de todas as leis de exceção referentes aos

trabalhadores rurais e do Regulamento da Criadagem (*Gesindeordnung*); a anulação da suspensão dos direitos trabalhistas decretada no início da guerra e garantido o voto secreto, direto e universal, baseado no sistema proporcional, para todos os cidadãos maiores de 20 anos, enfatizando expressamente: “do sexo masculino e feminino” – em 12 de novembro de 1918 pelo CCP, boa parte das antigas reivindicações do movimento sindical e trabalhador, das massas populares e dos soldados haviam sido ou estavam por ser alcançadas.

E, no final de 1918 o CCP decretou uma série de medidas que, por um lado, correspondiam ao elenco dessas reivindicações clássicas da socialdemocracia do pré-guerra – como a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, sem redução salarial – e que, por outro, visavam promover um reordenamento da economia e das relações sociais num país derrotado na guerra, ainda sob bloqueio econômico, praticamente sem divisas para a importação de alimentos de primeira necessidade ou de matérias primas essenciais para a produção industrial e diante da tarefa de reconverter a economia e garantir o emprego para os soldados desmobilizados sem com isso desempregar outros trabalhadores ou trabalhadoras ou, caso isso não fosse possível, garantir-lhes a assistência-desemprego.

Para Rosenberg, o infortúnio da Revolução de 1918-1919 deve-se à polarização da esquerda entre democracia parlamentar de um lado e Conselhos do outro, levada às últimas consequências pela ala mais moderada e pela ala mais radical da esquerda alemã como um todo. No seu entender, a divisão da esquerda não passava apenas pela divisão entre socialdemocratas majoritários, socialdemocratas independentes, Liga Spartakus/Partido Comunista e *revolutionäre Obleute*, mas também entre as respectivas alas moderada e radical. E essa divisão referia-se principalmente aos Conselhos.

As convergências e divergências apontadas pelo autor manifestaram-se no 1º Congresso dos CTSS, realizado em Berlim entre 16 e 20 de dezembro, na medida em que apenas a esquerda do USPD e a Liga Spartakus defendiam a ditadura (do proletariado) dos CTSS e se manifestavam contra a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Tanto o MSPD como um todo quanto a ala moderada do USPD eram favoráveis à Constituinte.

A diferença nas concepções destes prendia-se à data das eleições. Enquanto o MSPD propunha que as eleições se realizassem o mais cedo possível, em 19 de janeiro, a ala moderada do USPD – tendo à frente, Kautsky e Hilferding – pretendia retardar tanto quanto possível as eleições para a Constituinte para desta maneira permitir que os Conselhos, por ela considerados as instituições políticas de um período de transição revolucionária, durante o qual (a) deveriam ser criadas relações de produção socialistas, (b) a administração pública deveria ser radicalmente expurgada, da mesma forma que as Forças Armadas e (c) a população deveria ser conscientizada para o socialismo, cumprissem seu papel. Nesse sentido propunham 26 de fevereiro de 1919.

A ampla maioria do Congresso votou pela realização de eleições para a Constituinte em 19 de janeiro. No entanto, não foi em torno da data das eleições que a ala moderada do USPD e o MSPD se desentenderam. O início do fim da participação dos independentes no CCP, segundo Rosenberg, pode ser situado quando no 1º Congresso dos CTSS se procedia à votação para o Conselho Central de Trabalhadores e Soldados, ao qual o CCP passaria a estar subordinado. Pois, foi então que a ala esquerda do USPD conseguiu levar os moderados a não participar da eleição

para o Conselho Central, posição que conflitava com aquelas tomadas pela ala moderada do USPD na maioria das questões discutidas e votadas no Congresso. Nestas, havia uma nítida convergência entre as concepções dos majoritários e dos independentes moderados, o que fica patente na avaliação sobre a socialização e sobre os ramos “maduros” para a socialização apresentada por Hilferding que obteve ampla maioria no Congresso. A partir dessa votação a participação do USPD no governo provisório já não fazia sentido.

Portanto, o desdobramento dos acontecimentos em final de dezembro de 1918 ao invés de ter levado a uma aproximação entre o MSPD e a ala moderada do USPD – o que corresponderia ao enfraquecimento da ala direita do MSPD e daria ensejo a um grande partido de esquerda centrista – levou à saída da ala moderada do USPD do CCP.

Da mesma forma, o fato de que as negociações entabuladas pouco antes do Congresso de Fundação do KPD entre os *Obleute* e a Liga Spartakus não terem resultado numa fusão entre estas duas frações da esquerda radical do USPD significou que o partido socialista radical que teria surgido dessa fusão não tenha se concretizado e, o isolamento daqueles militantes ultrarradicais que Rosenberg designa como “utopistas” – a esquerda ultrarradical, se deu apenas em outubro de 1919, após deixar o KPD. A ala radical do USPD fundir-se-ia com o KPD apenas em 1920 e a ala moderada do USPD fundir-se-ia com o MSPD em 1922.

Ao invés disso – *no final de 1918* – a esquerda ficaria dividida, cindida depois que o USPD saiu do CCP. E, mais ainda, depois que o chefe de polícia de Berlim, EICHHORN, um dos *Obleute*, negou-se a aceitar a demissão do posto em 4 de janeiro de 1919, no que acabaria sendo o estopim da ação que entrou para a história como o levante *espartaquista*.

Mas, a cisão tornar-se-ia irreparável, a partir do momento em que Noske entregou a repressão dos insurgentes em Berlim aos *corpos francos (Freikorps)*, de direita e extrema direita, que viram nisso a oportunidade de eliminar “os bolchevistas”. Ao fazê-lo Noske preteriu os batalhões de voluntários formados por trabalhadores, em sua maioria adeptos do USPD, tornando-se, assim, o responsável pela repressão sangrenta ao levante *espartaquista* e pelo assassinato, entre outros, de Rosa e Liebknecht.

Esta decisão de Noske, apoiada por Ebert e Scheidemann, de deixar a repressão ao levante *espartaquista* nas mãos dos *corpos francos* correspondeu também a abrir mão da organização de tropas de defesa republicanas, pois os batalhões voluntários acabaram se dissolvendo e novos não foram organizados. Com isso, os Comissários do Povo majoritários entregavam a organização das forças de defesa da República aos oficiais das antigas Forças Armadas, ou seja não só **não dissolveram** as velhas Forças Armadas como também entregaram a elas a defesa da ordem na República. Também não dissolveram a Justiça Militar. Com isso, os assassinos de Rosa e Liebknecht e de muitos outros, seja durante o levante *espartaquista*, seja mais tarde, eram julgados por seus pares, sendo absolvidos ou, quando isso não era possível, auxiliados a fugir. (Rosenberg, 11961b; 19s)

Ao levante *espartaquista* seguir-se-iam na segunda fase da Revolução as *Repúblicas de Conselhos*: em 10 de janeiro a de Bremen, que se manteve por 25 dias; em 11 de janeiro a de Cuxhaven, que se manteve por 5 dias; em 22 de fevereiro a de Manheim, que durou apenas um dia; em 28 de fevereiro, a de Braunschweig, que

também se manteve apenas um dia e, finalmente, a de Munique, proclamada em 6 de abril e que se manteve 24 dias.

*República de Conselhos (Räterepublik)* fora a palavra de ordem, a alternativa dos *espartaquistas* e da ala radical do USPD à Assembleia Nacional Constituinte desde o início da Revolução. Baseando-se nos *soviets*, resumia, enquanto palavra de ordem a proposta de tomada do poder pelos CTSs, que exerceriam tanto o poder legislativo quanto o executivo. Assim, *Repúblicas de Conselhos* é a denominação corrente na historiografia alemã para as tentativas de tomada do poder localizadas por parte dos *Conselhos radicais*.

KOLB os distingue dos *Conselhos democráticos*, compostos por militantes locais do MSPD e por sindicalistas, favoráveis à República democrática, que a partir de sua experiência administrativa local, perceberam a importância da democratização das instâncias administrativas, da necessidade de criar um novo aparelho administrativo que substituísse o aparelho administrativo herdado do Império.

Tratava-se, portanto, de uma proposta radical-democrática, a partir da experiência concreta do exercício do poder local e/ou do controle das instâncias de poder local tradicionais, de democratização do aparelho de Estado, que incluía o recrutamento e organização de batalhões de voluntários para a defesa da República. Proposta que aprofundava e superava o mero direito ao voto universal, direto e secreto e as eleições parlamentares que pareciam suficientes à ala direita do MSPD, que burocraticamente via nos Conselhos apenas a ameaça “bolchevista” ou órgãos de poder transitórios, os quais, uma vez eleita a Assembleia Nacional deveriam deixar de existir. (1978; 325s.)

Mas, a segunda fase da revolução seria marcada também pelas *greves gerais (Generalstreik ou Massenstreik)*, denominação corrente na historiografia alemã sobre o período, que se refere a greves que, ainda que localizadas, regionais, abarcavam as principais categorias de trabalhadores.

A primeira delas foi a da região do Ruhr e começou como um movimento dos mineiros de carvão, em novembro de 1918, por aumentos salariais, por uma jornada de 6 horas, que incluísse a descida e a subida para as minas. No seu decorrer – até fins de abril de 1919 – foram organizados CEs, foi reivindicada a estatização das minas e a administração das mesmas por CEs eleitos pelos mineiros. As greves mais ou menos generalizadas foram marcadas pela repressão pelos *corpos francos* – entre 18 e 21/2/1919 –, pela decretação do estado de sítio e anúncio de envio de tropas no final de março de 1919, mas também pelo envio de um negociador. Com isso novo banho de sangue foi evitado e os mineiros conquistaram a jornada de 7 horas.

O movimento grevista na Saxônia e Turíngia também se organizava a partir de CEs, reivindicando a socialização ou seja: cogestão paritária na determinação dos salários e nas demissões bem como o acesso irrestrito a dados referentes à administração financeira, produtiva e comercial das empresas. Conflitos entre o conselho de empresa e a direção da mesma deveriam ser conciliados e decididos por Conselhos Regionais de Trabalhadores. e sua concepção do papel dos mesmos não diferia essencialmente daquela dos mineiros do Ruhr. A greve, iniciada em 23/2/1919 pelos mineiros de linhita e potássio de Halle, em solidariedade à greve dos mineiros do Ruhr, rapidamente generalizou-se, recebendo a adesão dos químicos, dos trabalhadores das usinas elétricas e dos ferroviários.

Em resposta à greve, o governo, então sediado, juntamente com a Constituinte, na cidade de Weimar – logo, isolado do restante do país pela greve dos ferroviários e no meio de uma área conflitada – tanto ordenou a ocupação da cidade de Halle, epicentro da greve, quanto abriu negociações com os grevistas. Dessas negociações resultou a promessa do governo de assegurar legalmente a existência dos CEs.

O movimento grevista de Berlim também reivindicava o reconhecimento dos conselhos. Além disso, eram reivindicadas *imediatamente*: a libertação de todos os presos políticos, a formação de uma milícia trabalhadora, a dissolução dos *corpos francos* e o estabelecimento de relações políticas e econômicas com a União Soviética. Destaca-se das demais, na medida em que na assembleia dos CTSs da Grande Berlim de 3/3/1919, que decidiria a greve geral, o representante do MSPD anunciou que se absteriam da votação mas que aceitariam a decisão da maioria. Na Assembleia de 7/3 tanto o MSPD quanto os sindicatos livres saíram da greve quando a maioria decidiu estendê-la aos serviços essenciais, os quais por decisão expressa da assembleia anterior não deveriam participar da paralisação. Com isso a greve geral acabara, mas, as batalhas de rua continuaram até 13 de março – os grevistas ou quem fosse considerado como tal sendo brutalmente reprimidos e o número de mortos chegando a pelo menos 1.200. (Winkler, 1985; 159s)

Ainda que as greves gerais da região do Ruhr, da Alemanha central e de Berlim fossem as maiores não foram as únicas no início de 1919. Além destas houve greves gerais localizadas também na Silésia do Norte, em Württemberg e em Magdeburg em março e abril. Pois, não devemos esquecer que estas greves tinham como pano de fundo a penúria e a precariedade das condições de vida dos trabalhadores e das camadas pobres da população, o que se manifesta claramente nas reivindicações salariais dos mineiros do Ruhr. Mas, as greves – dos mineiros e dos ferroviários, p. ex. – também afetavam profundamente uma economia já muito combalida, pois do carvão dependiam a indústria, a geração de energia elétrica, os gasômetros, a população que utilizava carvão para o aquecimento e o transporte ferroviário, que era fundamental no transporte de matérias primas e de víveres de primeira necessidade.

E, a participação – e mais ainda a forma em que esta se dera – dos socialdemocratas majoritários berlinenses demonstra a insatisfação, que de maneira alguma se restringia apenas a Berlim, reinante entre a base do MSPD com os resultados da revolução e com o governo da coalizão weimariana (MSPD, Centro católico e Partido Democrático). Ao mesmo tempo essa participação deixava a direção do MSPD em uma situação no mínimo pouco cômoda.

Assim, no primeiro semestre de 1919, já não existiam CSs, pois os soldados haviam sido desmobilizados, os CTs *radicais* haviam sido reprimidos e os *democráticos* desistido. Restaram os CTs nas empresas, os CEs, institucionalizados na *Lei dos Conselhos de Empresa* de 1920. Responsáveis pela implementação dos Acordos Coletivos ao nível do local de trabalho e como proposta de cogestão dos Sindicatos Livres que viria a ser retomada na *Betriebsverfassungsgesetz* (Lei de constituição da empresa) de 1952, ampliadas pela lei de 1972.

### **Bibliografia:**

- KOLB, Eberhard, Die Arbeiterräte in der deutschen Innenpolitik 1918-1919, Frankfurt a/M, Ullstein, 1978;

- LIPIETZ, Alain. “Reflexões sobre uma fábula: por um estatuto marxista dos conceitos de regulação e de acumulação”. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, v. 31, nº 1, 1988.
- ROSENBERG, Arthur, Die Entstehung der Weimarer Republik, Frankfurt a/M, EVA, 1961 a (1ª edição 1928).
- ROSENBERG, Arthur, Geschichte der Weimarer Republik, Frankfurt a/M, EVA, 1961b (1ª edição 1935).
- WINKLER, Heinrich August, Von der Revolution zur Stabilisierung – Arbeiter und Arbeiterbewegung in der Weimarer Republik 1918 bis 1924, Berlin/Bonn, J. H. W. Dietz Nachf., 1985.

**Documento digitalizado em: 10.02.2016**  
**Autora: Alice Helga Werner**  
**Fonte: Acervo Victor Meyer**



centro de estudios victor meyer